EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 - ATUB

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM

CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

AUDITOR DE ATIVIDADES URBANAS

104 TRANSPORTE

Data da prova:
Domingo, 15/10/2023

INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
  - 1 (um) caderno de questões contendo a prova objetiva, com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas de resposta e apenas 1 (uma) alternativa correspondente ao comando de cada questão; e
  - 1 (uma) folha de respostas personalizada.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Fez-se do amigo próximo, distante.

- Verifique se estão corretos a numeração das questões, a paginação do caderno de questões e os dados da folha de respostas.
- Você dispõe de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos para fazer a prova e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas e retirar-se da sala.
- Você somente poderá deixar o local de aplicação de provas levando o caderno de questões quando faltarem 53 (cinquenta e três) minutos para o término do tempo definido para realização da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas devidamente assinada.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não é permitida a utilização de lápis.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas, uma única alternativa.
- A folha de respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada e nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "U"

Realização iades

PROVA APLICADA

PROVA OBJETIVA

DISCIPLINAS GERAIS
Questões de 1 a 16

QUESTÃO 1

O auditor, ao planejar e executar a auditoria, deve adotar uma postura questionadora, reconhecendo que podem existir circunstâncias que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis. Essa atitude do auditor está diretamente relacionada com o requisito denominado

(A) ceticismo profissional.
(B) avaliação de riscos.
(C) zelo profissional.
(D) obtenção de evidências.
(E) julgamento profissional.

QUESTÃO 2

Risco de auditoria equivale ao risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. Há risco que decorre da atuação do auditor e há aquele que existe independentemente desse profissional. A esse respeito, é considerado risco do auditor o risco de que

(A) as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria.
(B) os controles existentes falhem e não detectem uma distorção relevante.
(C) os procedimentos executados não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, independentemente da presença do controle.
(D) o processo a ser auditado possa apresentar distorção relevante.
(E) a evidência de auditoria encontrada não indique a existência de distorção relevante.

QUESTÃO 3

A implementação do sistema de controle interno de uma entidade pressupõe a observância de alguns princípios fundamentais, como a atribuição de responsabilidades, a definição de rotinas internas e a limitação de acesso aos ativos. A verificação periódica para detectar se as normas internas estão sendo seguidas e a avaliação da necessidade de novas normas internas ou de adaptações das já existentes são feitas pela(o)

(A) auditoria independente.
(B) órgão de fiscalização de classe – CFC.
(C) Comitê das Organizações Patrocinadoras – COSO.
(D) auditoria interna.
(E) programa de auditoria.

Área livre

QUESTÃO 4

O Relatório de Auditoria é um documento por meio do qual o auditor independente expressa, de forma clara e objetiva, a própria opinião acerca das demonstrações contábeis auditadas. No que se refere aos tipos de opinião, o auditor deve abster-se de expressar opinião quando

(A) as demonstrações contábeis apresentarem distorções relevantes.
(B) não conseguiu obter evidência de auditoria suficiente e adequada, e os possíveis efeitos das distorções não detectadas poderiam ser relevantes e generalizados.
(C) não obteve evidência de auditoria suficiente e apropriada, porém os possíveis efeitos das distorções não detectadas poderiam ser relevantes, mas não generalizados.
(D) as demonstrações contábeis indicarem distorções relevantes e generalizadas.
(E) a evidência de auditoria obtida indicar a existência de distorções generalizadas.

QUESTÃO 5

No que tange ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF) como sistema oficial para a gestão de documentos e processos administrativos no âmbito dos órgãos da administração direta e indireta do Distrito Federal (DF), assinale a alternativa correta.

(A) A Unidade Setorial de Gestão do SEI-GDF é competente para divulgar as políticas, as normas e os manuais relacionados à gestão e à operacionalização do SEI-GDF.
(B) Entre os objetivos do SEI-GDF, está o de aumentar o uso de papel e os custos operacionais e de armazenamento da documentação física.
(C) Entre os objetivos do SEI-GDF, está o de flexibilizar a segurança e relativizar a confiabilidade dos dados e das informações.
(D) Os serviços sociais autônomos e as organizações sociais com contrato de gestão regular e vigente perante o DF não integram a estrutura de gestão do SEI-GDF.
(E) O SEI-GDF foi instituído como sistema oficial de gestão de documentos e processos administrativos eletrônicos e digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades do DF, ficando vedadas iniciativas para implantar sistema semelhante e com o mesmo propósito.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 6

Quanto aos aspectos relacionados ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF), assinale a alternativa correta.

(A) O nível "Restrito" no SEI-GDF é aplicado a processos e documentos disponíveis apenas para usuários com credencial de acesso ou assinatura.
(B) O SEI-GDF é um sistema interativo e de aprendizagem constante, de modo que o usuário, ao escolher a demanda que deseja e direcionar para o órgão da Administração Pública, é obrigado a também escolher o nível para cadastro da demanda e dos documentos no ato de sua produção, que são os níveis "Público", "Restrito" e "Sigiloso".
(C) Os níveis de acesso possíveis para cada tipo de processo no SEI-GDF são configurados posteriormente, razão pela qual o usuário apenas conseguirá selecionar o nível de acesso após ter configurado todo o processo.
(D) O nível "Sigiloso" no SEI-GDF é aplicado a processos e documentos disponíveis para visualização por usuários das unidades em que o processo tramitará.
(E) O processo tem início no SEI-GDF com o acesso "Público" e, caso receba um documento restrito (com informações pessoais, por exemplo), permanecerá com o nível de acesso "Público".

QUESTÃO 7

No que concerne ao acesso à informação no contexto da Constituição de 1988 e no âmbito do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

(A) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
(B) Como o constituinte de 1986/1987 não dispunha de tecnologia, e tampouco das teorias constitucionais desenvolvidas ao longo das décadas que se seguiram, os direitos fundamentais hoje continuam "engessados", não tendo a Constituição autorizado o seu desenvolvimento no decorrer do tempo.
(C) No interesse do representado, é direito do defensor ter acesso amplo aos elementos de prova em qualquer etapa do procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária e que digam respeito ao exercício do direito de defesa.
(D) Para o Supremo Tribunal Federal, o verbete 14 de sua súmula vinculante alcança sindicância administrativa objetivando elucidar fatos sob o ângulo do cometimento de infração administrativa.
(E) O Supremo Tribunal Federal considerou que documentos e informações contidos nos procedimentos de competência do Tribunal de Contas da União poderão ser acessados a qualquer tempo, independentemente de a informação estar consolidada.

Área livre

QUESTÃO 8

No que se refere ao acesso à informação no contexto da Constituição de 1988 e no âmbito do Distrito Federal (DF), assinale a alternativa correta.

(A) O setor privado não deve se subordinar à Lei Distrital nº 4.990/2012 (LAI-DF), mesmo tratando-se de entidades sem fins lucrativos e que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.
(B) Segundo a Lei Distrital nº 4.990/2012, informação pessoal é aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
(C) Constitui-se diretriz da Lei Distrital nº 4.990/2012 a observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.
(D) Na forma da Lei Distrital nº 4.990/2012, informação sigilosa é aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
(E) A Lei Distrital nº 4.990/2012 (LAI-DF) manteve a simetria e a homogeneidade em relação à Lei Federal nº 12.527/2011 (LAI), pois, nos primeiros artigos, a LAI-DF aplica-se aos órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), além da administração indireta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo DF.

QUESTÃO 9

Acerca do acesso à informação no contexto da Constituição de 1988 e no âmbito do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

(A) A disponibilidade diz respeito à qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
(B) A autenticidade refere-se à qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
(C) O tratamento da informação consiste no conjunto de ações referentes à produção, à recepção, à classificação, à utilização, ao acesso, à reprodução, ao transporte, à transmissão, à distribuição, ao arquivamento, ao armazenamento, à eliminação, à avaliação, à destinação ou ao controle da informação.
(D) Integridade relaciona-se à qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
(E) Primariedade é a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 10

Com relação aos níveis de transparência e ao tratamento da informação, assinale a alternativa correta.

(A) A transparência reativa implica a obrigação do Estado de divulgar, especialmente na internet, os documentos que estão sob sua responsabilidade e que não estão sujeitos a sigilo. Essa divulgação deve ser feita de forma ampla e acessível, permitindo que a sociedade tenha conhecimento e possa acompanhar as ações e os projetos relacionados às políticas públicas do Distrito Federal.
(B) O Superior Tribunal de Justiça considerou incluir, no relevo do acesso à informação, a transparência ativa, isto é, o direito do cidadão de requerer a produção de informação não disponível para a Administração Pública, mas que esta tem condições de confeccionar.
(C) A transparência reativa é uma regra, o sigilo é uma exceção, e o Estado deve justificar, de forma consistente e fundamentada, qualquer descumprimento desse dever de publicidade.
(D) O acesso à informação como direito fundamental encontra um núcleo de tangibilidade e passível de ponderação. É nesse contexto que o Distrito Federal deve prestar a informação de forma ágil, transparente e com linguagem de fácil compreensão.
(E) Uma vertente da transparência ativa remete ao dever estatal de dar publicidade às informações públicas que as detém.

QUESTÃO 11

De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011 – o acesso a informações públicas

(A) será assegurado, não exclusivamente, mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e nas entidades do poder público, em local com condições apropriadas para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações.
(B) providenciará o protocolo de documentos e requerimentos de acesso a informações somente no formato presencial.
(C) notificará acerca da tramitação de documentos apenas nas respectivas unidades e presencialmente.
(D) promoverá o desestímulo à participação popular ou a outras formas de divulgação de informações.
(E) promoverá o desestímulo à realização de audiências ou consultas públicas.

Área livre

QUESTÃO 12

Em relação às disposições relacionadas à Lei Distrital nº 4.990/2012, assinale a alternativa correta.

(A) São consideradas prescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado as informações cuja divulgação ou cujo acesso irrestrito possam pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população.
(B) Pode ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
(C) As informações ou os documentos que versem a respeito de condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas podem ser objeto de restrição de acesso.
(D) O disposto na Lei Distrital nº 4.990/2012 exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, bem como as hipóteses de segredo empresarial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Distrito Federal ou por pessoa física ou jurídica que tenha qualquer vínculo com o poder público.
(E) A informação em poder dos órgãos e das entidades sujeitos à Lei Distrital nº 4.990/2012, observado o respectivo teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Distrito Federal, pode ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

QUESTÃO 13

Qual é o objetivo principal da realização de entrevistas e inquéritos como técnicas de abordagem em uma auditoria?

(A) Verificar a conformidade com regulamentações governamentais.
(B) Confirmar informações financeiras com terceiros.
(C) Avaliar a eficácia dos controles internos.
(D) Obter informações adicionais de funcionários e partes interessadas.
(E) Identificar discrepâncias nas demonstrações financeiras.

QUESTÃO 14

Certa empresa de tecnologia, que presta serviços a determinado órgão público, está sendo auditada quanto à conformidade com as políticas de segurança de dados. Durante a auditoria, um auditor desse órgão encontrou uma vulnerabilidade significativa e grave no sistema de segurança, que poderia resultar em uma violação de dados em larga escala. Assinale a alternativa que apresenta a conduta a ser adotada no caso apresentado.

(A) Emitir um relatório de auditoria sem ressalvas, destacando a vulnerabilidade.
(B) Comunicar imediatamente a alta administração da empresa e a sua chefia, além de recomendar ações corretivas.
(C) Ignorar a vulnerabilidade, uma vez que a auditoria não se concentra em assuntos relativos à segurança de dados.
(D) Encerrar a auditoria sem emissão de opinião em função da vulnerabilidade.
(E) Emitir um relatório adverso em razão da vulnerabilidade encontrada.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 15

Com base nas normas jurídicas, constitucionais e legais, aplicáveis à legislação geral de processo administrativo vigente no Distrito Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) No processo administrativo, devem ser observados, entre outros, os princípios processuais-constitucionais do "juízo natural", do "duplo grau de jurisdição" e da "inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos".
(B) No processo administrativo, devem ser assegurados aos litigantes o contraditório e a ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes.
(C) Os princípios legais da "razoabilidade" e da "proporcionalidade", aplicáveis ao processo administrativo, devem ser aplicados com observância ao critério de adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
(D) Os critérios legais indicativos tanto da observância apenas das formalidades essenciais à garantia dos direitos do interessado quanto da adoção de formas simples suficientes ao necessário grau de certeza, segurança e respeito aos direitos do interessado podem ser sumariados pela ideia de "formalismo moderado".
(E) Entre os direitos legais do interessado, está o de fazer-se sempre assistido e processualmente representado por advogado, impondo-se o dever da Administração Pública de providenciar, caso o interessado não possa custear aquele profissional jurídico, a competente atuação de procurador público ou defensor público que supra aquela atuação técnica.

QUESTÃO 16

Acerca dos "direitos", dos "deveres" e das regras de "competência" e (ou) de "impedimento" ou "suspeição", disciplinados pelas normas jurídicas da lei geral de processo administrativo vigente no Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

(A) É direito legal do interessado ser tratado respeitosamente, com adequada e facilitada informação a respeito dos respectivos direitos processuais e da tramitação de seus requerimentos administrativos.
(B) É direito legal do interessado ter vista pessoal dos autos dos processos administrativos, mas não obter cópia e (ou) certidão das informações e (ou) dos documentos neles contidos.
(C) É dever legal do interessado expor os fatos pertinentes ao correspondente processo administrativo conforme melhor lhe pareça e atenda aos próprios interesses.
(D) Conquanto a competência seja irrenunciável, ela pode ser avocada por ato da própria autoridade competente em favor de outra autoridade vinculada a outro órgão/entidade com equivalente capacidade administrativa.
(E) Há impedimento funcional de atuação a todo aquele agente/servidor público que tenha amizade íntima ou inimizade notória com o interessado.

Área livre

DISCIPLINAS ESPECÍFICAS
Questões de 17 a 50

QUESTÃO 17

Suponha que um operador do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, para atender o estatuto do idoso, tenha identificado 10% dos assentos do ônibus que ele dirigia como preferenciais. Ao saber da nova lei para o embarque preferencial de idosos e de outras pessoas com restrição de mobilidade, ele organizou uma fila de embarque distinta da dos demais passageiros. Como sua frota é configurada com assentos para 45 passageiros, foi permitido o embarque prioritário de cinco passageiros preferenciais a cada viagem da linha. Assim, os usuários pagantes embarcam somente depois dos passageiros prioritários e podem ocupar os outros 40 lugares restantes. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o operador

(A) agiu corretamente por atender o Estatuto do Idoso e as Leis Distritais nº 5.984/2017 e nº 6.637/2020 organizando uma fila exclusiva para idosos.
(B) agiu corretamente por garantir aos usuários pagantes o direito a viajarem sentados, sem ferir o direito dos idosos.
(C) descumpriu o Estatuto do Idoso, pois, de acordo com essa norma, todos os assentos devem ser preferenciais.
(D) atendeu o quesito legal de embarque preferencial, porém discriminou os passageiros preferenciais ao limitar seu embarque a 10% dos assentos disponíveis.
(E) descumpriu a norma, apesar de ter respeitado o Estatuto do Idoso, pois o embarque preferencial só pode ser feito pelas portas traseiras dos ônibus.

QUESTÃO 18

Considere que, após tomar conhecimento de que a área da Bacia 5 do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal tem apresentado, reiteradamente, um grave índice de desconformidade com os regulamentos da programação operacional, a Coordenação de Fiscalização e Controle da Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal determinou, para o mês seguinte, a realização de ações concentradas de fiscalização das conformidades das viagens na referida bacia, com o objetivo de impactar as operadoras e inibir o cometimento de infrações do tipo furo de viagens (viagens não realizadas). Tais operações serão realizadas com o suporte dos relatórios do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA), pois geralmente são desencadeadas quando os demais tipos de operação não apresentam resultados significativos. As ações fiscais, nesse caso, caracterizam-se como Operações de

(A) Saturação.
(B) Visibilidade.
(C) Assertividade.
(D) Auditoria.
(E) Abrangência.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 19

Na prestação do Serviço de Transporte Coletivo Privado na modalidade Eventual – STCPEV, o portador da autorização poderá

(A) praticar a cobrança individual de passagem e transportar pessoas não relacionadas na lista de passageiros.
(B) executar o serviço de transporte de encomendas.
(C) utilizar-se de terminais e estruturas do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.
(D) concorrer com as linhas do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.
(E) utilizar um veículo de sua propriedade, no caso de pessoa física.

QUESTÃO 20

Para prestar o serviço de táxi, o autorizatário deve estar com o próprio veículo em ordem e atender a todos os prerrequisitos legais. Um destes é a idade máxima do veículo, que deve ser de

(A) oito anos, no máximo, para todos os modelos e tipos de motorização.
(B) cinco anos, no máximo, para veículos movidos a combustão interna, e de oito anos para os veículos elétricos.
(C) cinco anos, no máximo, para veículos elétricos, e de oito anos para os veículos movidos a combustão interna.
(D) cinco anos para táxi comum, e de oito anos para os da classe táxi executivo.
(E) cinco anos para todos os veículos, podendo chegar a oito anos, de acordo com o estado de conservação.

QUESTÃO 21

De acordo com a Resolução Contran nº 810/2020, existem três categorias de danos que a autoridade de trânsito ou seu agente deve avaliar. Assinale a alternativa que apresenta essas categorias.

(A) Dano de pequena monta ou sem dano, dano intermediário e dano total
(B) Dano de pequena monta ou sem dano, dano de média monta e perda total
(C) Dano de pequena monta ou sem dano, dano de média monta e grande monta
(D) Dano de pequena monta, dano de média monta e perda Total
(E) Dano de pequena monta, dano de média monta e grande monta

Área livre

QUESTÃO 22

Segundo a ABNT NBR 15655-1:2009, existem situações de perigo às quais deve ser incorporada proteção para minimizar o risco. Assinale a alternativa que representa situação de perigo, conforme essa legislação.

(A) Apenas nas seguintes situações de possível perigo: a) corte, esmagamento, aprisionamento ou escoriação; b) emaranhamento; c) queda ou tropeço; d) choque físico e impacto; e) choque elétrico; f) fogo, atribuível ao uso da plataforma de elevação.
(B) Nos casos em que apresente: a) corte, esmagamento, aprisionamento ou escoriação; b) emaranhamento; c) queda ou tropeço; d) choque físico e impacto; e) choque elétrico; f) fogo, atribuível ao uso da plataforma de elevação.
(C) Em todas as seguintes situações de perigo: a) corte, esmagamento, aprisionamento ou escoriação; b) emaranhamento; c) queda ou tropeço; d) choque físico e impacto; e) choque elétrico; f) fogo, atribuível ao uso da plataforma de elevação.
(D) Em todas as seguintes situações de perigo ou dano em potencial: a) corte, esmagamento, aprisionamento ou escoriação; b) emaranhamento; c) queda ou tropeço; d) choque físico e impacto; e) choque elétrico; f) fogo, atribuível ao uso da plataforma de elevação.
(E) Em todas as seguintes situações de perigo ou caso de força maior de: a) corte, esmagamento, aprisionamento ou escoriação; b) emaranhamento; c) queda ou tropeço; d) choque físico e impacto; e) choque elétrico; f) fogo, atribuível ao uso da plataforma de elevação.

QUESTÃO 23

Conforme disposto na Resolução nº 960/2022 do Contran, alterada pela Resolução nº 989/2022, assinale a alternativa correta.

(A) Na área crítica de visão do condutor e em uma faixa periférica de 2,5 cm de largura das bordas externas do para-brisa, não devem existir trincas e fraturas de configuração circular e, caso ocorram, devem ser recuperadas.
(B) Nos para-brisas dos ônibus, micro-ônibus e caminhões, a área crítica de visão do condutor, é aquela situada à esquerda do veículo, determinada por um retângulo de 50 cm de altura por 40 cm de largura, cujo eixo de simetria vertical é demarcado pela projeção da linha de centro do volante de direção, paralela à linha de centro do veículo, cuja base coincide com a linha tangente do ponto mais alto do volante.
(C) A aplicação de películas refletivas é permitida nas áreas envidraçadas do veículo.
(D) A transmitância luminosa das áreas envidraçadas poderá ser inferior a 70% para os vidros dos para-brisas e das demais áreas envidraçadas indispensáveis à dirigibilidade do veículo.
(E) O uso de inscrição ou adesivo pequeno é permitido nas áreas envidraçadas dos veículos indispensáveis à dirigibilidade.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 24

De acordo com o art. 25 da Lei nº 5.323/2014, a qual dispõe acerca do serviço de táxi no Distrito Federal, o veículo deve atender, além das disposições do Código de Trânsito brasileiro e demais posturas locais, no mínimo, às seguintes especificações e equipamentos:

(A) cores branca ou cinza, com programação visual definida pela Secretaria de Estado de Transportes, cobrindo toda a lataria do veículo em conformidade com o padrão de fábrica.
(B) capacidade mínima de porta-malas de 350 L, computado o volume ocupado pelos cilindros de GNV, se for o caso.
(C) a veiculação de propaganda é proibida nas áreas externas dos veículos.
(D) idade máxima de sete anos para os veículos a gasolina ou álcool e bicombustíveis, contados a partir da emissão do primeiro Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV).
(E) caixa luminosa com a palavra "TÁXI" centralizada sobre o teto, dotada de dispositivo que apague sua luz interna automaticamente quando ocorrer o acionamento do taxímetro.

QUESTÃO 25

Conforme a ABNT NBR 15570:2009, os veículos para transporte coletivo de passageiros são divididos em sete classes, de acordo com sua capacidade, peso bruto e comprimento total. Assinale a alternativa que apresenta a correta divisão dessas sete classes.

(A) Uma classe para micro-ônibus e outras seis para ônibus
(B) Duas classes para micro-ônibus e outras cinco para ônibus
(C) Duas classes para micro-ônibus, uma para ônibus Padron e outras quatro para ônibus
(D) Três classes para micro-ônibus e outras quatro para ônibus
(E) Três classes para micro-ônibus, duas para ônibus e outras duas para ônibus articulados

QUESTÃO 26

Diversas normas técnicas versam a respeito dos veículos utilizados para o transporte coletivo de passageiros. Esses veículos podem apresentar diversas características relativas aos tipos de suspensão, portas de serviço, postos de comando, bancos, nível do piso, saídas de emergência, entre outras. Assinale a alternativa que descreve corretamente uma dessas características.

(A) A única suspensão admitida é a do tipo pneumática.
(B) O nível do piso pode ser alto, baixo ou intermediário.
(C) Ao menos uma das portas de serviço deve possuir acesso em nível.
(D) As portas de serviço devem ser acionadas, em qualquer circunstância, por meio de dispositivos manuais.
(E) Os apoios para embarque e para desembarque não podem ser fixados nas folhas das portas de serviço.

QUESTÃO 27

De acordo com art. 5º da Resolução Contran nº 913/2022, é proibido o uso de rodas que apresentem quebras, trincas e deformações, bem como de pneus reformados, seja pelo processo de recapagem, recauchutagem ou remoldagem

(A) nos automóveis em geral.
(B) no eixo dianteiro de ônibus e de micro-ônibus.
(C) em todos os eixos de ônibus e de micro-ônibus.
(D) apenas no eixo traseiro de ônibus e de micro-ônibus.
(E) em ciclomotores e em motocicletas.

QUESTÃO 28

Com base no art. 2º da Resolução Contran nº 919/2022, é obrigatória a instalação do extintor de incêndio

(A) somente em caminhões.
(B) apenas em táxis.
(C) em micro-ônibus e em ônibus.
(D) em caminhão, caminhão-trator, micro-ônibus, ônibus e em todo veículo utilizado no transporte coletivo de passageiros.
(E) em caminhões e em ônibus.

QUESTÃO 29

Segundo a definição legal estabelecida no Código Tributário Nacional, qual alternativa **não** está relacionada ao conceito do exercício do poder de polícia administrativa?

(A) Interesse público
(B) Abstenção de fato
(C) Limitação de direito
(D) Prisão de pessoas
(E) Respeito aos direitos individuais

QUESTÃO 30

Conforme a teoria dos deveres administrativos, o exercício das atribuições de um agente público prescritas em lei, que exijam uma conduta desse agente diante de determinada situação, ocorre em razão do

(A) dever de eficiência.
(B) dever de probidade.
(C) poder-dever de agir.
(D) dever de prestar contas.
(E) poder hierárquico.

QUESTÃO 31

Quanto aos requisitos ou elementos para a formação dos atos administrativos, ao se considerar a lavratura de auto de infração, a exposição dos fatos e do direito que serviram de fundamento para a prática do ato integra a (o)

(A) finalidade.
(B) objeto.
(C) motivo.
(D) competência.
(E) forma.

PROVA APLICADA

QUESTÃO 32

O preenchimento integral dos requisitos exigidos por norma para a lavratura de auto de infração corresponde à característica da

(A) regularidade.
(B) consistência.
(C) assinatura.
(D) conveniência.
(E) oportunidade.

QUESTÃO 33

A respeito de concessões, permissões e autorizações, é correto afirmar que

(A) a autorização é contrato administrativo apenas precário.
(B) a lei aplica o mesmo tratamento às concessões, às permissões e às autorizações.
(C) a concessão é licitada e formalizada por contrato administrativo.
(D) a permissão é precária e vinculada a particular, exceto à pessoa física.
(E) a delegação ocorre por permissão e autorização, mas não por concessão.

QUESTÃO 34

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei Orgânica do Distrito Federal, consta, concomitantemente, disposição a respeito do transporte relativa à

(A) autorização do serviço de táxi.
(B) gratuidade para idosos.
(C) competência exclusiva da União e do Distrito Federal para legislar acerca de trânsito e de transporte.
(D) regulamentação e à vedação ao exercício do direito de greve.
(E) inclusão da pessoa com deficiência sem direito à gratuidade.

QUESTÃO 35

Em relação ao regime jurídico da prestação dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal, à luz dos art. 7º e 8º da Lei Distrital nº 4.011/2007, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Os serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal, e outros a eles vinculados, serão prestados direta ou indiretamente sob regime de concessão ou permissão.
(B) Quando for direta, a prestação dos serviços de transporte público coletivo pelo Distrito Federal deverá se realizar por intermédio da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô-DF, da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada (TCB) ou de qualquer outro ente público que venha a ser criado com esse objetivo.
(C) A delegação para a prestação indireta dos serviços de transporte público coletivo deverá ser feita sempre mediante licitação na modalidade de concorrência.
(D) O prazo da delegação será de até 15 anos, contados a partir da assinatura dos respectivos contratos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, devidamente justificado pelo poder público.
(E) Os serviços de transporte público coletivo poderão ser delegados por área, frota ou linha.

QUESTÃO 36

No rol das penalidades mencionadas no art. 8º da Lei Distrital nº 3.106/2002, que aprova o Código Disciplinar Unificado do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, **não** está prevista a de

(A) advertência.
(B) multa.
(C) caducidade da delegação ou frota.
(D) suspensão da delegação ou frota.
(E) apreensão do veículo.

QUESTÃO 37

O Decreto Distrital nº 30.584/2009, que aprova o Regulamento do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC-DF), no art. 17, estabelece os direitos dos usuários dos serviços de transporte público coletivo de passageiros. Assinale a alternativa que apresenta um desses direitos de maneira **incorreta**.

(A) Obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, e com acessibilidade aos equipamentos rodantes e de infraestrutura de apoio, observadas a legislação que regula o atendimento a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e as normas do poder concedente.
(B) Solicitar, após as 22 horas, que o ônibus pare fora do ponto de parada, de forma a possibilitar o desembarque de pessoas do sexo feminino, em qualquer local onde seja possível estacionar, respeitado o trajeto da linha do ônibus.
(C) Ser informado condignamente acerca das condições de prestação dos serviços, inclusive para defesa de seus interesses individuais ou coletivos.
(D) Ser transportado com segurança nos veículos do STPC/DF, em velocidade compatível com as normas e condições vigentes.
(E) Ser tratado com urbanidade, em qualquer âmbito do STPC/DF, por prepostos e empregados dos respectivos agentes públicos e privados.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 38

Nos termos da Lei nº 2.706/2001, compete privativamente aos integrantes da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal, na área de especialização transportes,

(A) fiscalizar e controlar os terminais de embarque e desembarque de passageiros de ônibus, táxis e metrô.
(B) controlar e fiscalizar a doação, a produção, o transporte, a guarda e a utilização de sangue e seus derivados no âmbito do Distrito Federal.
(C) aplicar a legislação vigente, com vistas ao controle sobre a produção, comércio, transporte, armazenamento e uso de substâncias entorpecentes, psicoativas, tóxicas, radioativas, agrotóxicas e outras.
(D) analisar e avaliar plantas físicas, processos de produção, condições de transporte, armazenamento e comercialização de produtos, estabelecimentos e serviços de interesse individual e coletivo da população, com vistas ao padrão de identidade e qualidade.
(E) fiscalizar estabelecimentos, áreas e logradouros públicos, bem como equipamentos urbanos destinados ao público, com o fim de verificar a adequação deles às normas vigentes, e adotar as medidas cabíveis.

QUESTÃO 39

De acordo com o disposto na Portaria nº 68/2015, caracteriza-se como tipo de operação irregular a

(A) utilização de veículo, equipamento ou instalação, com o devido cadastramento ou autorização de uso emitida pela entidade gestora do STPC/DF, mesmo que esteja com aprovação em procedimento de inspeção obrigatória na Sufisa/Semob.
(B) utilização de veículo retido, recolhido ou apreendido, ou de instalação ou equipamento interditado por determinação da Sufisa/Semob, sendo admitido, em circunstâncias excepcionais, que esses veículos realizem o serviço de transporte de passageiros por fretamento.
(C) prestação de serviço com cobrança tarifária devida em área, linha ou itinerário autorizados pela entidade gestora do STPC/DF.
(D) prestação de serviço sem utilização dos equipamentos de arrecadação eletrônica ou controle operacional obrigatórios, exceto se houver defeitos nesses equipamentos.
(E) prestação de serviço ou a sua simulação mediante inserção, remessa, disponibilização ou aceite de dados ou informações indevidos, inexatos ou incorretos junto aos sistemas de informações do STPC/DF.

QUESTÃO 40

De acordo com o que dispõe a Lei nº 5.323/2014, assinale a alternativa correta.

(A) A aplicação da sanção de cassação da autorização não é competência da unidade gestora.
(B) O dia do início é incluído na contagem dos prazos dessa lei, e o dia do vencimento é excluído.
(C) O pedido de reconsideração não tem efeito suspensivo.
(D) O contraditório e a ampla defesa são assegurados no processo administrativo para aplicação de sanção.
(E) A decisão do Secretário de Transportes é passível de recurso administrativo.

QUESTÃO 41

No que se refere à notificação de autuação prevista no Decreto nº 42.011/2021, que regulamenta a Lei nº 5.691/2016, a qual dispõe acerca da prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

(A) O infrator pode ser notificado da autuação pessoalmente, mediante registro de ciência e recebimento imediato de via do auto de infração após sua lavratura.
(B) A notificação de autuação deve ser feita por expediente da administração, entregue por servidor designado, mediante protocolo de entrega, sempre que não for possível realizar a notificação eletrônica.
(C) A notificação por edital será realizada independentemente das demais formas de notificação previstas.
(D) A notificação por remessa postal eletrônica deve ser expedida no prazo máximo de 30 dias, contado da prática da infração.
(E) A notificação não pode ser realizada por via postal, com comprovante de recebimento, ante a falta de previsão legal.

QUESTÃO 42

A acessibilidade ao sistema de transportes públicos no Brasil é uma temática que evoluiu nas últimas décadas, gerando melhorias que foram incorporadas aos veículos de transportes coletivos para que pessoas com algum tipo de dificuldade de movimentos possam utilizá-los como passageiros. Assinale a alternativa que indica uma dessas melhorias.

(A) Lixeiras no interior dos veículos.
(B) Validador para bilhetagem eletrônica.
(C) Câmeras de monitoramento interno do veículo.
(D) Película nos vidros contíguos aos assentos, para amenizar os efeitos do sol no interior do veículo.
(E) Elevadores ou rampas nas portas para embarque e desembarque.

QUESTÃO 43

Segundo a Carta de Atenas da década de 1930, as funções da cidade são

(A) habitar, construir, trabalhar e circular.
(B) trabalhar, circular e habitar.
(C) habitar, trabalhar, recrear-se e circular.
(D) construir, circular e recrear-se.
(E) recrear-se, circular e trabalhar.

Área livre

PROVA APLICADA

QUESTÃO 44

Assinale a alternativa que indica a causa de imobilidade imposta e duradoura.

(A) Teletrabalho
(B) Engarrafamentos
(C) Baixa renda
(D) Greve de transportes coletivos
(E) Teleconsulta

QUESTÃO 45

No século XIX, durante a Revolução Industrial, além das embarcações, outro veículo era largamente utilizado no transporte de grandes quantidades de matérias-primas para as fábricas e de produtos manufaturados até os centros consumidores localizados a grandes distâncias. Quais eram esses veículos.

(A) Caminhões
(B) Grandes balões dirigíveis (veículos aéreos)
(C) Carruagens (veículos de tração animal)
(D) Dutos
(E) Trens

QUESTÃO 46

No planejamento público e governamental do setor de transportes, o peso da herança técnica normativa é determinante. Sob um universo dominante de instrumentos quantitativos e uma profusão, por vezes abusiva, de projeções econométricas e pressupostos simplificadores produziram-se muitos equívocos gerenciais, erros de projeto, obras inacabadas ou resultados socialmente injustos. (…) O entendimento da acessibilidade urbana, por exemplo, restrito ao conceito de "custo generalizado" ou ancorado unicamente na projeção probabilística de viagens futuras – por maior sofisticação da modelagem estatística ou dos dados coletados – será insuficiente se não incluir a noção de exclusão/inclusão social ou explicitar um conceito de Estado e políticas públicas.

DE TONI, Jackson. *Planejamento e transportes:* possibilidades metodológicas alternativas. 13º Congresso da ANTP, Porto Alegre, 2000.

O fragmento de texto apresentado aponta para a recente adesão a novas abordagens no planejamento de transportes, tanto no campo científico quanto na Administração Pública, pautadas pela passagem de modelos descritivo-normativos para abordagens mais democráticas. Constitui-se características dessas abordagens de planejamento o(a)

(A) centralização em aspectos como geração de viagens, distribuição, divisão modal e alocação de fluxos às redes de transportes.
(B) neutralidade técnica e a redução do peso do Estado no processo de planejamento.
(C) promoção dos modais automobilísticos e demandas da classe média.
(D) favorecimento da ideia de planejamento situacional, valorizando o papel da incerteza, dos diversos atores sociais, das conjunturas política, social e econômica.
(E) negação da negociação e do consenso, que impediriam a eficácia e a efetividade das atividades do transporte.

QUESTÃO 47

A transformação do grupo executivo numa empresa com autonomia financeira e operacional, em 1973, deu-se num momento em que o crescimento econômico e o planejamento estatal estavam na ordem do dia da agenda do Executivo Federal. Dentro dos objetivos dos PNDs, o setor de transporte assumia um caráter prioritário, sobretudo com a expansão acelerada no sistema rodoviário pavimentado.

GOULARTI FILHO, A. Estado, transportes e planejamento no Brasil: a atuação do GEIPOT na formulação de políticas públicas para os transportes. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,* 2016

Em meados da década de 1960, foi criado, em âmbito federal, um órgão interministerial que passaria a coordenar os investimentos em transportes, conduziria a política nacional e o cenário urbano até a década de 1990, agindo como instrumento de assessoramento a estados e municípios na elaboração de seus planos diretores, e órgão financiador das primeiras intervenções governamentais na racionalização dos transportes no Brasil. Esse órgão denomina-se

(A) Ministério da Viação e Obras Públicas, criado em 1965.
(B) Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, criado em 1965 e transformado posteriormente em Empresa Brasileira de Transportes Urbanos.
(C) Programa de Melhoria dos Transportes Públicos.
(D) Conselho Nacional de Transportes.
(E) Programa Nacional de Integração.

QUESTÃO 48

Os Sistemas Inteligentes de Transporte, o SIT (*Intelligent Transport Systems*), envolvem um conjunto de soluções tecnológicas e sistemas automatizados complexos aplicados ao transporte, oferecem funcionalidades capazes de controlar e monitorar desde informações ao viajante e pagamentos eletrônicos, passando pelo monitoramento das condições climáticas e ambientais, até serviços de emergência e segurança nacional. No Brasil, o desenvolvimento recente do uso de SIT disseminou-se preponderantemente em três principais áreas: operação e gerenciamento de tráfego, transporte público urbano e uso da bilhetagem automática.

No Distrito Federal, o Decreto nº 43.879/2022 regulamentou o SIT no âmbito do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STI-STPC/DF), prevendo sua integração nos seguintes sistemas:

(A) Sistema de Bilhetagem Automática (SBA), Sistema de Supervisão Operacional (SSO) e Sistema de Interação com o Usuário (SIU).
(B) Sistema de Arrecadação e Controle (SAC), Unidades de Controle Operacional (UCO) e Sistema de Atendimento ao Usuário (SAU).
(C) Sistema de Bilhetagem Automática (SBA), Sistema de Controle Operacional (SCO) e Sistema de Controle da Qualidade (SCQ).
(D) Sistema de Interação com o Usuário (SIU), Sistema de Controle Operacional (SCO) e Sistema de Arrecadação Automática (SAA).
(E) Sistema de Bilhetagem Automática (SBA), Sistema de Planejamento Operacional (SPO) e Sistema de Interação com o Usuário (SIU).

PROVA APLICADA

QUESTÃO 49

(...) as políticas de mobilidade apresentam como desafio a proposição de ações que vão além da implantação de infraestruturas ou serviços de transporte, tratando, assim, da organização do espaço urbano, dos padrões de distribuição de atividades, das densidades (de empregos e residentes) e do desenho urbano. Nesse sentido, compreende-se que a sanção da Política Nacional Mobilidade Urbana institucionalizou uma transformação na abordagem da mobilidade urbana ao assumi-la como instrumento de desenvolvimento urbano e promotora de bem-estar social, assinalando o caráter do planejamento da mobilidade como política de urbanismo que, neste texto, será analisada segundo seus limites *vis-à-vis* os pressupostos, as características e as dinâmicas do capitalismo contemporâneo.

CRUZ, M. F.; FONSECA, F. C. P. Vetores em contradição: planejamento da mobilidade urbana, uso do solo e dinâmicas do capitalismo contemporâneo. *Cadernos Metrópole,* 2018.

Ao institucionalizar o planejamento da mobilidade como instrumento de desenvolvimento urbano, as licitações para a contratação dos concessionários de serviços de transporte público passaram a desempenhar papel fundamental na garantia de novos padrões de regulação e *accountability* do sistema de transporte. Assinale a alternativa que apresenta diretriz prevista para essa contratação.

(A) Integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos.
(B) Integração entre as cidades gêmeas localizadas na faixa de fronteira com outros países sobre a linha divisória internacional.
(C) Incentivo à utilização de créditos eletrônicos tarifários.
(D) Fixação de metas de qualidade e desempenho a serem atingidas e seus instrumentos de controle e avaliação, e definição dos incentivos e das penalidades aplicáveis vinculadas à consecução ou não das metas.
(E) Promoção de acesso aos serviços básicos e aos equipamentos sociais.

Área livre

QUESTÃO 50

Em 2015, o transporte público ganhou lugar no rol de direitos de cidadania, com a inclusão do tema no art. 5º da Constituição Federal. Contudo, a realidade cotidiana do direito ao transporte e à mobilidade ainda encontra uma série de obstáculos principalmente relacionados à qualidade e à eficiência dos serviços. O contexto do Distrito Federal é um desses exemplos. Com uma das maiores distâncias médias entre os deslocamentos do País, alta dependência do automóvel e concentração da oferta no serviço de ônibus, a capital persiste em ser um dos casos emblemáticos da segregação do espaço urbano, sobretudo quando considerado que o público usuário do serviço de ônibus, em sua maioria, provém da parcela mais carente da sociedade.

No que se refere aos tópicos de debate acerca da garantia do transporte público como direito de cidadania, assinale a alternativa correta.

(A) Necessidade de fortalecimento de outros modais, como adoção de veículos leves, criação de ciclovias, contudo, sem orientar o planejamento para uma mudança cultural a respeito de transporte e de mobilidade.
(B) Manutenção dos atuais níveis de participação popular e democratização no processo de tomada de decisão, já que, em contextos democráticos, a melhor alternativa é aquela proposta pelo legislador.
(C) Solidariedade coletiva no financiamento do transporte urbano, diversificando as fontes de recursos para investimento e gestão do serviço, como meio de ampliar as possibilidades fiscais de controle e planejamento do transporte e mobilidade urbana como direitos sociais.
(D) Delegação da gestão operacional e financeira do serviço de transporte à iniciativa privada, melhor capacitada para aferir indicadores de eficiência e efetividade.
(E) Fortalecimento dos órgãos de fiscalização e controle, capacitação da força de trabalho da burocracia do transporte e pouco envolvimento com o planejamento governamental.

Área livre

PROVA APLICADA

ATENÇÃO

Aguarde a autorização do fiscal para iniciar a prova.

PROVA ICADA

Realização iades
Instituto Americano de Desenvolvimento